

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.527 - PE (2018/0344450-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
RECORRIDO : LUCIA MARIA RAMOS SILVA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ E OUTRO(S) -
CE005496
PHELIPE ALBUQUERQUE DE SOUZA - CE022117
FERNANDO HENRIQUE ARAUJO SANTIAGO - CE022015
PATRICIA MOURA MONTEIRO CRUZ - CE021806
EMMANUEL TEOFILO FURTADO FILHO - CE026699

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ALEGAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA-PRÊMIO. BENEFÍCIO NÃO GOZADO E NÃO COMPUTADO PARA APOSENTADORIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE.

1. É deficiente a alegação genérica de violação do art. 1.022 do CPC/2015, configurada quando o jurisdicionado não expõe objetivamente os pontos supostamente omitidos pelo Tribunal local e não comprova ter questionado as suscitadas falhas nos embargos de declaração. Incidência da Súmula 284/STF.

2. É possível a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada ou não contada em dobro para a aposentadoria do servidor, sob pena de enriquecimento ilícito da administração pública. Precedentes.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator